

Europa, Afeganistão e África do Norte: uma introdução às análises de Marx e Engels sobre os conflitos internacionais

MUNIZ FERREIRA*

A política mundial voltou a ser dominada por temas que remetem às complexas relações entre as principais potências do Ocidente, em particular os Estados Unidos e os povos e países das “periferias” africana e asiática do globo. O recrudescimento da interação conflitiva, propiciada por ações de caráter expansionista, hegemônica e até mesmo recolonizadoras da superpotência dominante no sistema internacional, certas vezes, em associação com alguns de seus consortes, repropõe, para a intelectualidade e a militância democrática e progressista no nível mundial, a tarefa da compreensão objetiva dos processos em curso, visando uma intervenção teórico-prática orientada pela necessidade de responder adequadamente às manifestações de uma nova conjuntura de crise que se instaurou nas relações internacionais desde os atentados de 11 de setembro de 2001.

Para os adeptos da filosofia da práxis, atualiza-se a demanda por interpretações e proposições criativas e originais, para além da tentação de repetir fórmulas prontas ou buscar concepções “canônicas” elaboradas no passado, sob o impulso de realidades já superadas historicamente. O que não nos impede, por outro lado, de revisitar com espírito crítico e percepção histórica leituras pretéritas que, conquanto sejam datadas, nos ofereçam elementos analíticos, informativos e metodológicos para uma apreensão da gênese de certos conflitos que configuram

* Professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal da Bahia.

o mundo contemporâneo. É nesse sentido que adquire validade o contato com as análises internacionais elaboradas em meados do século XIX por Marx e Engels, quando, na condição de correspondentes internacionais de um diário nova-iorquino, interpretaram os primórdios do segundo ciclo de expansão colonial das principais potências capitalistas do Ocidente em direção a certas áreas do mundo afro-asiático. Teóricos da revolução e dirigentes do movimento operário, os fundadores da tradição marxista exerceram também, durante onze anos, a função de analistas da política mundial nas páginas de um dos mais influentes periódicos da imprensa norte-americana de seu tempo, o *New York Daily Tribune*. Em textos de *intervenção*, dedicados a contribuir para a formação de um posicionamento progressista e democrático no seio da opinião pública dos Estados Unidos em face dos temas da conjuntura política mundial, Marx e Engels ofereceram *exemplos* bem-sucedidos de combinação de uma perspectiva ao mesmo tempo engajada e objetiva, revolucionária e realista, sem jamais capitularem ante as imposições oficialistas ou conservadoras dos círculos governantes e do mundo dos negócios aos quais o *New York Daily Tribune* também se dirigia e dos quais, em grande medida, até dependia.

Entre todas as sociedades não-européias que de alguma maneira receberam a atenção de Marx e Engels, a chinesa e a indiana se destacaram como as mais assíduas e persistentemente analisadas nas páginas do *Tribune*. Elas foram o tema central de trinta e seis artigos publicados pelos dois amigos no jornal estadunidense, sendo dezoito dedicados à Índia e igual número à China. Os textos que Marx e Engels dedicaram ao estudo destas duas sociedades asiáticas constituíram, ao longo do tempo, a matéria-prima fundamental para as interpretações marxológicas acerca das concepções do marxismo clássico em relação à natureza das formações orientais, bem como do significado histórico da ação de tipo colonial praticada pelas potências capitalistas do Ocidente sobre aquelas sociedades asiáticas. Autores como Karl Wittfogel, Kostas Papaioannou¹, Miklós Molnár², Renato Levrero³ e Shlomo Avineri⁴, entre outros, procuraram, com o exame daqueles escritos, alcançar uma caracterização fundamentada do conceito dos dois pensadores alemães acerca da universalidade ou não de seus modelos de interpretação histórico-social, identificando neles, em alguns casos, perspectivas eurocêntricas

¹ Kostas Papaioannou, *De Marx y del Marxismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

² Miklos Molnar, *Marx, Engels et la politique internationale*. Paris, Éditions Gallimard, 1975.

³ Renato Levrero, *Nación, metrópoli y colonias en Marx y Engels*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1975.

⁴ Shlomo Avineri, *Karl Marx on Colonialism and Modernization*. Nova York, Doubleday & Company, Inc. Garden City, 1968.

e apologéticas em relação ao processo de mundialização do capitalismo ou, em outros casos, a matriz precoce das abordagens “antiimperialistas” e “terceiro-mundistas” desenvolvidas ao longo do século XX. Bem menos conhecidas, no entanto, são as análises elaboradas por Marx e Engels acerca das relações conflitivas entre o colonialismo europeu em expansão na segunda metade do século XIX e as populações, culturas e unidades político-estatais existentes no norte da África e na Ásia Central.

Inspiradores pela erudição, acuidade analítica e coerência política de seus autores, os artigos publicados por Marx e Engels no *Tribune* surpreendem também por certas correspondências estruturais entre determinadas situações enfocadas ali e alguns processos em curso na realidade contemporânea. Particularidades que revelam menos a capacidade de previsão ou antecipação histórica dos demiurgos da tradição marxista e mais a persistência até os nossos dias de problemas relevantes das relações internacionais de um século e meio atrás, em particular a vigência de enormes disparidades na distribuição do poder mundial e a supremacia das principais potências do capitalismo ocidental sobre os estados e povos da chamada periferia político-econômica do sistema. É ainda mais significativo constatar, através da correspondência jornalística de Engels e Marx com os veículos de informação do mundo anglo-saxão, que, no essencial, as estratégias ocidentais de exercício de sua hegemonia (econômica, política, diplomática e militar) sobre o mundo não-europeu e em particular sobre a Ásia Central sofreram pequenas alterações substanciais.

Impossibilitados de estabelecer um domínio colonial direto sobre a região do Cáucaso devido ao poderio da Rússia, a Inglaterra, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX, alternaram diferentes táticas de intervenção e efetivação de seus interesses de grandes potências naquela área. No caso britânico, tratou-se de instituir um sistema de hegemonia compartilhada com a Rússia ao longo do século XIX, parceria que se efetivava territorialmente no equilíbrio entre o controle russo sobre a Pérsia (atual Irã) e na tutela britânica sobre as diversas unidades políticas que constituíram o Afeganistão. Ao longo do século XX, transformações sociopolíticas subverteram a dinâmica desse sistema de equilíbrio de poder na região; a revolução de outubro na Rússia, seguida pela consolidação da União Soviética como grande potência mundial e o concomitante declínio do colonialismo britânico colocaram o conjunto da região sob forte influência soviética, perceptível mesmo na conformação de governos de orientação “antiocidental” no Irã (até o golpe de Estado de 1953) e no Afeganistão até o colapso do regime do PDPA no início dos anos 1990. No enfrentamento de tal situação, os Estados Unidos, novos líderes da coalizão ocidental após a Segunda Grande Guerra, procuraram implementar uma política de *contenção* da influência soviética no conjunto da Ásia Central, através da criação de uma organização político-militar com a Tur-

quia e o Paquistão, aliados de primeira hora; o Iraque, até 1958, e o Irã no tempo do Xá (até 1978).

No âmbito do subcontinente caucasiano, os Estados Unidos implementaram uma política de equilíbrio de poderes com a União Soviética até o final dos anos 1970. Invertendo a correlação vigente nas relações anglo-russas de meados do século XIX, os norte-americanos exerceram sua influência através do regime ocidentalizante de Pahlevi, ao passo que a União Soviética, mesmo nos tempos da monarquia afegã de Zahir Xá (derrubado em 1973), mantinha com este Estado relações de “amizade e cooperação”, inclusive no âmbito militar. Tal situação manteve-se inalterada com o regime republicano de Daoud (1973-1978), aprofundou-se com a chamada Revolução de abril de 1978, atingindo seu ápice com o ingresso das tropas soviéticas no país em 1980. A ocorrência quase simultânea das revoluções iraniana e afegã em fins dos anos 1970 privou os Estados Unidos de uma base sólida de apoio no Cáucaso, impulsionando a potência norte-americana a uma intensa ação diplomática e militar (esta última indireta) na região, nos marcos da doutrina de contenção do comunismo de Truman (resgatada por Ronald Reagan em 1980) e conformada nos marcos da estratégia militar dos “conflitos de baixa intensidade”. Cabe notar que o isolamento estadunidense na área abalou tão profundamente o *establishment* político-militar de Washington a ponto de inspirar algumas das iniciativas político-diplomáticas mais duras adotadas contra a União Soviética durante a época da guerra fria, como o boicote às Olimpíadas de Moscou e o apoio militar aberto aos *mujahedin* do Afeganistão. Inversamente, também não se pode perder de vista o significado que o esforço de preservação do regime pró-soviético do PDPA, acossado pela guerrilha financiada pelos Estados Unidos, desempenhou no esgotamento econômico e militar da União Soviética.

Com o final da guerra fria, o desaparecimento da União Soviética e a reversão do regime “antiimperialista” do PDPA, uma nova problemática passou a concentrar as atenções dos estrategistas norte-americanos na região caucasiana. Tal problemática possui duas vertentes fundamentais: em primeiro lugar, a questão da estabilidade estratégico-militar da área; em segundo lugar, a materialização do projeto estadunidense de unipolaridade político-estratégica no mundo. O primeiro tema remete à necessidade de evitar a proliferação de conflitos bélicos em uma área de acesso aos enormes mananciais petrolíferos do Oriente Próximo. O segundo diz respeito ao desígnio da superpotência norte-americana, em processo de concretização de sua hegemonia unipolar, de evitar uma pulverização do poderio político-militar global, expresso na configuração de potências regionais médias capazes de gerar dificuldades à afirmação cabal dos objetivos norte-americanos em qualquer lugar do mundo, em particular aqueles associados aos processos de globalização econômico-financeira. Se este pano de fundo serve como um contexto possível para uma análise histórico-dialética da atual arremetida norte-ame-

ricana na região centro-asiática, creio que os elementos analíticos e metodológicos existentes nas apreciações internacionais de Marx e Engels podem oferecer instrumentos válidos de interpretação dos processos que nos são contemporâneos.

Tal é o espírito das considerações que seguem sobre os artigos escritos por Marx e Engels nas páginas da *American Cyclopedia* e do *New York Daily Tribune*, nos quais são abordadas as situações das sociedades do mundo afro-asiático em meados do século XIX e seu atrito com as tendências hegemônicas das potências dominantes no sistema internacional nos primórdios da segunda grande onda de colonização do mundo não-europeu.

Marx, Engels e as sociedades do mundo afro-asiático à época da expansão colonial: uma perspectiva eurocêntrica?

Um dos aspectos mais controvertidos da produção intelectual de Marx e de Engels sobre as questões internacionais diz respeito às posições que teriam sido adotadas por ambos diante da ação colonizadora das potências européias na África e na Ásia. Várias vezes acusados de cultivar posições etnocêntricas, deterministas e mesmo racistas por parte de seus críticos e até de alguns expoentes da marxologia ocidental, Marx e Engels elaboraram formulações sobre as sociedades não-européias em seu entrelaçamento com o colonialismo europeu em expansão que constituem um importante acervo intelectual para a verificação da coerência ou não da tradição marxista enquanto arcabouço teórico-político revolucionário de validade universal.

Os verbetes “Afeganistão” e “Argélia” publicados por Engels na *American Cyclopedia* revestem-se de um significado especial. Através desses artigos, pode-se travar contato com algumas de suas problemáticas concepções acerca da história e da cultura de certas populações da periferia não-européia do mundo do século XIX e, principalmente, apreciar a interpretação histórico-política do autor sobre as guerras voltadas para a dominação colonial travadas pela Grã-Bretanha na África do Norte e na Ásia Centro-Meridional no século XIX.

(...) o país é, genericamente falando, saudável. As principais doenças são as febres, o catarro e a oftalmia. Ocasionalmente ocorrem surtos destrutivos de sarampo. O solo é de exuberante fertilidade. Palmeiras crescem nos desertos em meio à imensidão de areia; a cana-de-açúcar e o algodão nos vales quentes, enquanto frutas e legumes europeus florescem de forma suntuosa em terraços situados nas encostas de morros de seis mil ou sete mil pés de altura. As montanhas são cobertas por florestas nobres, as quais são freqüentadas por ursos, lobos e raposas, enquanto o leão, o leopardo e o tigre são encontrados nos distritos e entregues a seus hábitos mais naturais de existência.⁵

⁵ Frederick Engels, “Afghanistan”, in Karl Marx & Frederick Engels, *Collected Works*, vol. 18 (1857-1862), Londres, Lawrence and Wisharts, 1982, p. 40.

Essa passagem, extraída da primeira página do verbete de Engels, reproduz o padrão típico dos escritos europeus sobre o mundo não-europeu no período. Relatos que compõem um estilo literário narrativo e geralmente testemunhal, associados aos processos de expansão européia e apreensão da realidade física, humana e cultural pelos cronistas do velho continente. Ao elaborar seu texto, Engels seguramente se apóia nas tradições literárias correspondentes, permitindo que sua digressão possa ser enquadrada, sem maiores reparos, no interior de um *modelo discursivo* padrão, ao qual pertencem desde os livros das maravilhas de Marco Polo até os relatos darwinianos, passando pela escrita dos diaristas de bordo das grandes navegações como Álvaro Velho, Caminha e Pigafetta e pelo testemunho dos investigadores europeus do mundo tropical como Spix, Martius e Humboldt. Contudo, como homem de seu tempo e examinador arguto da influência dos fatores físicos, humanos e econômicos sobre a formação social, Engels articula a enunciação das características naturais do Afeganistão com outros fatores, produzindo uma análise que, nos dias de hoje, poderia integrar o patrimônio investigativo da geopolítica:

A posição *geográfica* do Afeganistão e o caráter peculiar de seu povo investem o país de uma importância *política* que mal pode ser superestimada (?) nas questões da Ásia Central (...) Os afegãos constituem uma raça intrépida e audaciosa; eles se dedicam apenas às atividades agrícolas ou pastoris, abstendo-se do comércio e das trocas, que eles relegam com desprezo aos hindus e demais habitantes das cidades. Para eles, a guerra é uma excitação e um alívio frente às ocupações monótonas da produção industrial (?) (...) Seu ódio irreduzível às leis e seu amor pela independência individual são os únicos fatores que impedem sua transformação em um país poderoso; mas a extrema irregularidade e incerteza de suas ações fazem deles vizinhos perigosos, capazes de serem impulsionados pelos ventos do capricho, ou serem instigados por intrigantes que artificialmente excitam suas paixões⁶ [destaques e interrogação nossos].

Trata-se de uma passagem repleta de considerações simplificadas de modo a possibilitar sua compreensão pelo público não-especializado, ao qual se dirige a enciclopédia norte-americana. Esta circunstância que situa e delimita o alcance das afirmações de Engels não o absolve, entretanto, da responsabilidade por afirmações problemáticas como a que imputa aos afegãos um caráter anárquico e individualista (ódio às leis e amor pela independência individual), tributando, o que é ainda mais grave, tal caráter à *raça* dos afegãos, atribuindo-o não a fatores histórico-sociais como seria de se esperar de um dos fundadores

⁶ Idem, *ibidem*, p. 41.

do *materialismo histórico*, mas a essas características *raciais* a responsabilidade pela incapacidade do povo afegão de criar um Estado poderoso. Distante, portanto, de uma interpretação *materialista* da história afegã, Engels, ao caracterizar o povo do Afeganistão como perigoso para seus vizinhos em razão de sua instabilidade, passionalidade e propensão a se deixar levar pelos ventos do capricho, perfila nitidamente com a maior parte da literatura descritiva dos viajantes europeus às regiões periféricas, produzida entre os séculos XVI e XIX, evidenciando assim a fonte de inspiração de seu relato. Sua abordagem das aptidões guerreiras do povo afegão também é marcada por um surpreendente “eticismo”, já que lhes atribui uma belicosidade *inata*, a qual, associada a seu desprezo pela indústria e pelo comércio, explicaria o “atraso econômico” dos afegãos e sua definição como *povo guerreiro*. Caracterização que, generalizada, explicaria as diferenças nos graus de desenvolvimento econômico entre as regiões do planeta a partir de condicionamentos étnicos e culturais e não histórico-sociais, na melhor tradição, é forçoso dizer, do pensamento racista e determinista do século XIX. Porém, tais “deslizes” não fazem desse intelectual revolucionário um companheiro de idéias de Friedrich Ratzel ou do conde de Gobineau, apenas revelam o quanto Engels, e de certa forma isso também se percebe em certos escritos de Marx, ao focar realidades históricas e sociais distantes do mundo europeu em que sempre viveram e se esforçaram por compreender com grande precisão, colocava-se na dependência de autores e de idéias distantes de seus próprios paradigmas de reflexão, os quais eram assimilados de maneira surpreendentemente acrítica.⁷

O verbete que Engels dedicou à Argélia também incorpora alguns dos juízos preconceituosos que os escritores europeus, até o último século, elaboravam na caracterização das populações de outros continentes. A grande diferença é que eles coexistem aqui com uma decidida rejeição da dominação colonial francesa sobre aquele país norte-africano. Porém, antes de enunciar sua oposição ao colonialismo, Engels tropeça algumas vezes nos conceitos que eram moeda corrente junto aos intelectuais europeus de sua época. Assim, ao descrever os povos que habitavam a Argélia no século XIX, afirmava que

Os bérberes, cabilas ou mazides (mazidh), já que são conhecidos pelos três nomes, foram, acredita-se, os habitantes autóctones do país. (...) Os cabilas vivem

⁷ O grosso das informações em que Engels se baseou na elaboração do verbete sobre o Afeganistão publicado na *New American Cyclopedia* foi extraído da leitura do livro de John W. Kaye, *History of the War in Afghanistan* (2 volumes), Londres, 1851. O resumo desta obra, elaborado por Engels no processo de realização das leituras preparatórias para a confecção do artigo, encontra-se em Karl Marx & Frederick Engels, *Collected Works*, cit., p. 379-90.

na região montanhosa. Os outros habitantes são árabes, os descendentes dos invasores muçulmanos, mouros, turcos, kouloughs⁸, judeus, negros e finalmente os franceses, que também são encontrados no país. (...) Os cabilas são uma raça industriosa. (...) Os árabes seguem os hábitos de seus ancestrais. (...) Os mouros são provavelmente os menos respeitáveis de seus habitantes. Vivendo nas cidades e amando mais o luxo do que árabes e cabilas, eles são, desde os tempos da opressão constante dos dominadores turcos, uma raça tímida, a qual, não obstante, sublima sua crueldade e desejo de vingança, ao mesmo tempo em que exhibe padrões inferiores de moral.⁹

Mas, pior ainda do que essas classificações raciais generalizadoras e discriminatórias é a abordagem engelsiana da história dos povos argelinos no período que se estende do declínio da civilização romana até o estabelecimento da dominação colonial francesa. Da narrativa de Engels emerge uma história pontuada pela barbárie, pelas abjeções e pela violência, sendo os assassinatos palacianos o método principal de resolução das disputas pelo poder. Além disso, as relações da Argélia com o mundo europeu ao longo da história são caracterizadas pelo banditismo e pela crueldade: a pirataria contra as embarcações da cristandade aparece como uma constante e o seqüestro e a escravização de europeus como elemento constitutivo do modo de vida de suas populações:

Milhares de escravos cristãos definhavam no cativo em Argel, enquanto constituíam-se sociedades de homens piedosos, cujo objetivo expresso era dirigir-se a Argel anualmente com o propósito de resgatar os prisioneiros com os fundos destinados a este fim por seus familiares.¹⁰

O repúdio manifestado por Engels diante de tais práticas o conduz à glorificação da forma enérgica e decidida com que americanos e ingleses enfrentaram a “barbárie argelina”, impondo pela força das armas a cessação de suas atividades iníquas ao longo do Mediterrâneo Oriental:

Caberia à jovem república dos Estados Unidos indicar o caminho para a abolição desta tirania monstruosa (...). Em 1815, o Comodoro Decatur encontrou-se com uma esquadra argelina, tomou uma fragata e um brigue e navegou para o interior da baía de Argel, onde forçou o Dei a entregar todos os prisioneiros americanos e a renunciar

⁸ Uma nota dos editores das *Collected Works* esclarece que os *kouloughs* eram o resultado da miscigenação entre os turcos e os argelinos nativos (quais?). Cf. *Collected Works*, cit., p. 61.

⁹ Frederick Engels, “Algeria”, in Karl Marx & Frederick Engels, *Collected Works*, cit., p. 61.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 63.

a todas as reivindicações de tributos no futuro.¹¹ Este corajoso exemplo foi seguido pelos ingleses que, sob Lorde Exmouth, bombardearam a cidade em 1816, reduzindo-a a cinzas e forçando o *Dei* a libertar os seus prisioneiros.¹²

Ora, se para Engels a violação da soberania argelina pela marinha dos Estados Unidos fora um corajoso exemplo, que entre outras coisas inspirou o bombardeio e a destruição parcial de Argel no ano de 1816, seria de se imaginar que o estabelecimento da dominação colonial européia sobre a Argélia em 1830 fosse encarada como uma resposta à barbárie. Mas não é isso que se percebe na leitura da apreciação que o autor realiza sobre a colonização francesa daquele país africano. Com a mesma resolução com que invectivava contra a pirataria argelina no Mediterrâneo e a desumanidade do tratamento dispensado aos prisioneiros europeus nos domínios do *Dei* de Argel, Engels denuncia a brutalidade praticada pelos conquistadores franceses, “contra todos os ditames de humanidade, civilização e cristandade”. Às afirmações utilizadas pelas autoridades e publicistas franceses comprometidos com a colonização argelina, segundo os quais a dureza do tratamento dispensado aos nativos representava uma resposta ao seu caráter selvagem, Engels retrucava que a “política de um governo civilizado que recorre à *lex talionis*¹³ deve ser posta em dúvida”. Portanto, a colonização da Argélia, na opinião de Engels, não era orientada por qualquer propósito civilizador, mas apenas pelos interesses expansionistas de suas classes dirigentes. Mas tais interesses expansionistas não aparecem na análise do pensador alemão como exclusivamente, nem sequer predominantemente, econômicos.

A brutalidade do tratamento dispensado pelas tropas de ocupação francesas contra as populações argelinas é estigmatizada como incapaz de produzir outra reação entre os argelinos senão um ódio persistente e um desejo permanente de expulsar os invasores do seu país. A ineficiência da colonização se evidenciava no fato de que, após cerca de 40 anos de domínio colonial direto, o interior do país mantinha-se, no essencial, descolonizado, uma verdadeira *terra incógnita* para o colonizador francês¹⁴. A este propósito, convém examinar as considera-

¹¹ Uma das práticas argelinas mais aviltantes, na opinião de Engels, era a cobrança de um pedágio de todas as embarcações que navegassem próximas ao litoral da Argélia ou em qualquer área do Mediterrâneo ao alcance dos “piratas” de Argel. Cf. Friedrich Engels, “Algeria”, *Collected Works*, cit., p. 62-3.

¹² O *Dei* ou *Bei* era o soberano local argelino, espécie de príncipe, formalmente submetido à autoridade do império otomano. Com o enfraquecimento do poder de Constantinopla no século XIX e a sucessão dos conflitos entre a Turquia e a Rússia, o *Dei* (*Bei*) passou a gozar de total autonomia.

¹³ Lei de talião, princípio bíblico definido pela máxima “Olho por olho, dente por dente”.

¹⁴ Ao comentar tal fato, Engels insinua uma inadequação do caráter francês para a emigração. Cf., Engels, “Algeria”, *Collected Works*, cit., p. 67.

ções de Engels acerca dos resultados *econômicos* dessa dominação colonial. Escapando aqui, mais uma vez, do reducionismo econômico que lhe é tantas vezes imputado, ele destaca a esterilidade econômica da presença francesa naquela parte da África setentrional, caracterizando-a como ineficaz e não-lucrativa. Essa não-lucratividade manifestar-se-ia no fato de que a França não conseguia tirar proveito econômico da dominação de “um dos países mais férteis do mundo, o antigo celeiro da Itália, a 20 horas de distância da França”¹⁵. Afirmção que o autor procura ilustrar oferecendo algumas cifras do comércio argelino:

Desde o início da ocupação francesa tem-se afirmado que o comércio se incrementou consideravelmente. As importações estão estimadas em cerca de 22 milhões de dólares e as exportações em 3 milhões. Os produtos de importação são algodão, tecidos de lã e artigos de seda, cereais e farinha, laranja, lima e açúcar refinado; as exportações são de coral bruto, peles, trigo, petróleo e lã, junto com outros pequenos itens.¹⁶

Embora Engels não informe a que ano se referem seus dados, não compare o montante do comércio argelino durante a ocupação francesa com sua situação anterior e tampouco o confronto com os números do comércio de outros países, ele oferece uma outra cifra que permite aferir a dimensão aproximada que tais números adquiriam para a economia e o tesouro francês. Trata-se da menção aos cem milhões de dólares que haveriam custado à França a conquista militar da Argélia e o presumível custo do estabelecimento de um governo colonial no país:

Se julgarmos uma árvore pelos seus frutos, verificaremos que, após um gasto de provavelmente cem milhões de dólares e o sacrifício de centenas de milhares de vidas, tudo o que pode ser dito sobre a Argélia é que ela é uma escola de guerra para os generais franceses e seus soldados, na qual todos os oficiais franceses condecorados na Guerra da Criméia receberam seu treinamento e formação militar.

Mais do que uma análise não-“economicista” do significado da dominação colonial francesa na Argélia, que de resto também pode ser encontrada nas reflexões de Marx sobre o domínio britânico na Índia, o que se observa claramente aqui é a reivindicação de interesses estratégico-militares como elemento explicativo fundamental da ação colonizadora dos franceses no norte da África. Realçada essa percepção pelo fato de encontrar-se tal escrito inserido num conjunto de

¹⁵ Afirmção que, se associada aquela em que Engels sugere uma possível inaptidão dos franceses para emigrar, talvez revele uma certa descrença do companheiro de Marx no “espírito empreendedor dos franceses”. Interpretação previsível em autores de formação culturalista, porém um tanto surpreendente na lavra do *materialista* Friedrich Engels. Cf. Friedrich Engels, “Algeria”, *Collected Works*, cit., vol. 18, p. 67.

¹⁶ Cf. idem, *ibidem*, p. 70.

trabalhos dedicados às questões militares, redigidos por Engels para a enciclopédia norte-americana. O que podemos inferir, portanto, da leitura desse texto é o seguinte: a conquista francesa da Argélia deveria ser compreendida muito menos pela sua importância econômica (interesses comerciais) do que sob o ponto de vista de sua significação político-territorial (ganhos territoriais e aumento da quantidade de súditos) e militar-estratégicos (controle sobre a margem oposta do Mediterrâneo, acercamento do Egito, interdição do avanço britânico sobre a região), objetivos mais razoáveis, ainda quando se tem em conta o caráter primeiramente monárquico (Luiz Felipe) e posteriormente imperial (Napoleão III) do Estado francês que os materializou.

As análises de Engels sobre as guerras travadas pela Espanha no Marrocos

Por solicitação de Marx, Engels escreveu e publicou três artigos no *Tribune* abordando a guerra travada pela Espanha no Marrocos entre o final de 1859 e o início de 1860¹⁷. Todos os artigos foram publicados como matéria principal, o que denota o interesse suscitado pelo assunto em seu tempo, situação que contrasta com o virtual esquecimento a que seria relegado pela historiografia contemporânea. Tal conflito foi desencadeado por uma ofensiva espanhola visando controlar a extremidade setentrional do continente africano, adjacente à cidadela de Ceuta, e se inseria nos marcos da expansão européia na região do Maghreb, deflagrada pela conquista francesa de Argel no ano de 1830. Mais do que isso, visava reforçar a presença do reino peninsular na embocadura do Mediterrâneo e contrabalançar a forte presença franco-britânica em Gibraltar e na Argélia. Diferente da maior parte dos artigos redigidos por Marx, e mesmo de alguns artigos elaborados pelo próprio Engels, esses textos não contêm o vasto volume de informações explicativas sobre as origens históricas do conflito. O amigo do *Mouro* (Marx) também não se entrega neles às suas elucubrações etnológicas *avant-la-lettre*. Em lugar disso, a guerra é descrita sucintamente do ponto de vista de seus aspectos estritamente militares. Na narrativa engelsiana chamam a atenção dois elementos fundamentais: a) a crítica sistemática às alegadas insuficiências espanholas no desenvolvimento da campanha, centrada, sobretudo, na denúncia da incompetência dos comandantes das tropas peninsulares, os generais Prim e O'Donnel, e b) a ênfase na incapacidade das formações irregulares marroquinas de enfrentar e derrotar forças convencionais dos espanhóis.

Para Engels, os exércitos espanhóis não souberam tirar partido na medida adequada de sua superioridade logística e tecnológica sobre as tropas do sultão

¹⁷ Os artigos publicados foram "Progress of the Moorish War" (19/01/1860), "The Moorish War" (8/2/1860) e "The Moorish War" (17/3/1860).

de Marrakesh. Concentrando suas invectivas contra o general O'Donnel (a quem ironicamente chama de Cid Campeador), afirma que as forças militares, as quais, sob o comando desse general, realizaram o assalto à cidadela de Tetuán a partir de Ceuta, teriam manifestado falta de inteligência, preguiça e covardia, facilitando amplamente o trabalho da defesa marroquina e protelando desnecessariamente a duração da campanha militar. Exemplificando suas críticas, Engels observa que a marcha das tropas espanholas de Ceuta a Tetuán havia constituído um feito "sem paralelo na história militar" ao demorar longos trinta dias para concluir um percurso de "apenas" 21 milhas.

Engels procurou desmoralizar todos os argumentos justificadores da demora na marcha das forças castelhanas em direção aos seus principais objetivos na guerra. Seja no que se referia à necessidade de concentração de forças:

Os espanhóis, com todos os reforços recebidos até 8 de dezembro [a declaração de guerra pela Espanha ocorreu em outubro de 1859] passaram de 35 mil para 40 mil homens, sendo que 30 mil soldados já eram suficientes para o desenvolvimento das operações ofensivas.¹⁸

Seja no que se referia ao transporte de provisões:

Ademais, as mulas e cavalos de carga dos espanhóis não estão tão habituados assim a andarem em boas estradas em seu próprio país a ponto de se recusarem a caminhar sobre o solo dos mouros.

Tampouco o desconhecimento ou as supostas adversidades do terreno seriam, para Engels, justificativas para a imobilidade dos soldados espanhóis:

Os espanhóis dizem que nas caatingas e ravinas os mouros são formidáveis e, além disso, que eles conhecem cada polegada do terreno; porém, tão logo se atinge as áreas planas, a solidez da infantaria espanhola compelirá as formações irregulares dos mouros ao confronto frontal e, por conseguinte, à fuga. (...) Se os espanhóis, após se deterem por seis semanas diante de Ceuta, (ainda) não conhecem o terreno tão bem quanto os mouros, pior para eles.¹⁹

Mesmo naquele que seria seu terreno natural, o combate de escaramuças, tais forças estariam inevitavelmente condenadas à derrota:

O sistema moderno de escaramuças com bases de apoio e reservas situadas na retaguarda, a regularidade dos movimentos, a possibilidade de manter as tropas sempre à

¹⁸ Friedrich Engels, "Progress of the Moorish War", *New York Daily Tribune*, nº 5846, 19/1/1860, In: *Collected Works*, cit., vol. 16, p. 549.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 550.

mão, fazendo-as apoiarem umas às outras e atuarem conjuntamente na conquista de um objetivo comum, tudo isso concede tamanha superioridade às tropas regulares sobre os bandos irregulares que, em um terreno melhor adaptado às escaramuças, nenhuma formação irregular seria capaz de resistir, mesmo se superior numericamente na proporção de dois para um.²⁰

Não obstante tal consideração, Engels observava que os “indolentes e pouco audazes” comandantes espanhóis, mesmo superiores numericamente a seus antagonistas mouros, não tiraram proveito imediato de sua superioridade militar, estendendo por longos meses a duração de um conflito que poderia ser decidido em poucas semanas. Esse tom de crítica implacável que se repete em todos os três artigos sobre a Guerra dos Mouros escritos por Engels no *Tribune* faz do exército espanhol, entre todas as formações militares da Europa moderna, a mais corrosivamente analisada por ele. Essa falta de indulgência para com as armas d’Espanha fica ainda mais evidenciada com os reiterados paralelos que o autor estabelece entre os êxitos militares anglo-franceses na Ásia e no Norte da África e a “vitória de Pirro” lograda pelos ibéricos no Marrocos.

As estruturas estatais centro-asiáticas e seus atritos com o expansionismo anglo-russo

Escassez de população, divisões tribais e o reacionarismo de uma monarquia que constantemente enxergava no povo seu principal inimigo impediram que a Pérsia erguesse uma resistência satisfatória ao avanço dos expansionismos russo e britânico na Ásia Central ao longo do século XIX. Em 1812, após uma série de vitórias militares, os russos obrigaram a Pérsia a renunciar a sua soberania sobre a Geórgia e o Daguestão e reconhecer o controle russo sobre Derbend, Baku, Shirvan, Karabakh, partes do próprio Irã e do litoral do mar Cáspio. Em fevereiro de 1828, pelo tratado de Turkomanchai, Fath Ali Xá entregou aos russos Erevan (Armênia) e Nakhichevan, além de ceder novos direitos no próprio território iraniano. Aparentemente incapazes de realizar reformas modernizadoras na economia, na administração civil e na organização militar, os soberanos persas da dinastia Quajar (ou Cadjar) optaram por reforçar suas alianças com os chefes tribais, fazer concessões à Rússia – que em meados do século XIX constituiu-se na potência estrangeira de maior influência sobre o país – e apelar para a mediação diplomática da Grã-Bretanha²¹.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Cf. Madeleine C. Zilpi, “Persia”. In: John Belchem e Richard Price (orgs.), *Dictionary of nineteenth-century History*, Londres, Penguin Books, 1994, p. 466-7. Ver também V. P. Potemkin et alii, *História de la diplomacia*, México, Editorial Grijalbo, 1966, tomo I, p. 608-17.

Naquele momento, já o Afeganistão vivenciava o desenrolar de um processo gradativo de centralização política sob a direção do Emir Dost Mohamed (1842-1863). Rígido e austero, esse príncipe concentrava a maior parte de seus esforços políticos no fortalecimento do exército e na limitação do poder dos chefes locais (*khans*). Explorando as dificuldades enfrentadas pela Grã-Bretanha na Índia e na Birmânia e o enfraquecimento de seu vizinho persa, buscava ampliar seu poderio através da incorporação dos principados independentes de Candahar e Herat. Diplomata meticoloso, parece haver arquitetado uma aliança com o czar, visando conquistar as possessões britânicas de Peshawar e Punjab, e com os ingleses, visando a incorporação de Herat. Compelido em última análise a uma aliança com a Inglaterra contra as pretensões russas, tornar-se-ia uma peça fundamental na estratégia britânica de hegemonia compartilhada com a Rússia na Ásia Central²².

O desenrolar de tal processo foi acompanhado atentamente por Marx e Engels no artigo intitulado “A verdadeira questão na Turquia”, publicado nas páginas do *Tribune* em 12 de abril de 1853²³. Nesse texto, Engels, além de formular a tese acerca dos propósitos da chancelaria britânica no sentido do estabelecimento de um condomínio anglo-russo sobre as regiões abandonadas pelo moribundo Império Otomano em seu processo de decomposição, empreende a denúncia do caráter liberticida e contra-revolucionário de tal política. Diligente no esforço de sensibilização da opinião pública democrática e das correntes da esquerda revolucionária dos países anglo-saxões para uma oposição à política “filo-tzarista” das cúpulas do Foreign Office londrino, Engels não se abstém de incluir em seu artigo um libelo anti-russo e uma proposta de aliança entre as forças democrático-revolucionárias da Europa e o Estado britânico em prol da contenção dos arroubos expansionistas da Rússia imperial. Tal posicionamento *realista* em matéria de política exterior tipificar-se-ia nas posturas que seriam adotadas por Marx e Engels diante do czarismo russo ao longo de suas carreiras como dirigentes políticos e analistas internacionais. Em sua integridade de pensador revolucionário, Engels delineia com nitidez e objetividade o fundamento histórico-político de sua proposição:

A Rússia é decididamente uma nação conquistadora, e vinha agindo assim durante um século até que o grande movimento de 1789 colocou em atividade um antagonista de natureza e poderio formidáveis. Compreendemos a revolução européia como a força explosiva das idéias democráticas e da sede de liberdade inata no ser humano. Desde aquela época, apenas duas potências têm existido de fato no continente euro-

²² Passagem baseada parcialmente nas descrições de Potemkin et alii, *História de la Diplomacia*, cit.

²³ Friedrich Engels, “The Real Issue in Turkey”, *New York Daily Tribune*, nº 3740 de 12/4/1853.

peu – A Rússia e seu absolutismo, A Revolução com sua democracia. No momento, a revolução parece ter sido suprimida, porém ela vive e tem sido mais temida do que nunca. (...) Mas permitam que a Rússia se apodere da Turquia e sua força se elevará em quase 50%, tornando-se superior a todo o resto da Europa em seu conjunto. Semelhante acontecimento representaria uma calamidade indizível para a causa revolucionária. (...) Em tais condições, os interesses da democracia revolucionária e os da Inglaterra caminham ombro a ombro.²⁴

Correspondentes em Londres do órgão oficioso da esquerda republicana norte-americana, Marx e Engels não perderiam a oportunidade de chamar a atenção para os procedimentos escusos adotados pelos governos britânicos na perseguição aos seus objetivos diplomáticos e estratégicos na Ásia Central, sobretudo quando aqueles se mostravam alheios às perspectivas da opinião pública democrática da Inglaterra e dos Estados Unidos e conflitavam com os interesses dos povos desses países. Partindo de tal perspectiva, Karl Marx, em nova matéria publicada no *Tribune* ainda no ano de 1853, denunciava a cobertura e o amplo favorecimento concedidos pelo governo britânico à Companhia das Índias Orientais naquela área, à revelia do público e até do Parlamento. Ao assim fazer, evidenciava a outra faceta da política centro-asiática implementada pelos estadistas ingleses de então: a consolidação e a ampliação do controle do subcontinente indiano, política que complementava o anteriormente citado condomínio anglo-russo no planalto iraniano e no Afeganistão e em nome da qual haviam sido empreendidas as duas guerras de conquista recentemente travadas pela Grã-Bretanha no Afeganistão e a ocupação do principado indiano de Sind²⁵.

Esta apreciação do conjunto dos objetivos da política exterior britânica no Cáucaso seria ampliada em outro artigo assinado por Marx nas páginas do *Tribune* em março de 1854. A partir de considerações a respeito de um tratado de aliança recém-firmado entre a Rússia e os principados afegãos de Khiva, Bokhara e Cabul, Marx se dedica ao esforço de decifração da lógica que presidia os alinhamentos e acordos internacionais realizados na região. Neste caso, sua atenção se volta especificamente para as razões das oposições entre russos e afegãos, britânicos e persas. Além dos fatores de natureza histórico-política (que serão expostos mais adiante), Marx ressaltava a relevância do componente religioso: a osten-

²⁴ Idem, apud *Collected Works Volume 12 (1853-1854)*, p. 12. Londres, Lawrence & Wishart, e Moscou, Progress Publishers, 1979.

²⁵ Karl Marx, "The Turkish War Question – The New York Tribune in the House of Commons – The Government of India". *New York Daily Tribune*, nº 3824, 20/7/1853. Sind ou Scinde, uma província indiana situada na fronteira com o Afeganistão, foi ocupada e colonizada pelos britânicos a partir de 1843.

siva animosidade afegã em relação aos russos se traduziria, no plano simbólico, na repulsa dos governantes dos principados afegãos, habitados por populações majoritariamente ligadas à ortodoxia sunita, ao estabelecimento de relações amistosas com os principais “defensores” de seus adversários no plano religioso, os “heréticos xiitas” da Pérsia. Inversamente, a aliança britânica com o padixá Abdul Mejid, sultão da Turquia – considerado pelos sunitas afegãos o “comandante supremo dos fiéis” –, tendia a aproximar ingleses e afegãos, apesar das recentes guerras travadas entre eles, com base no princípio de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Tudo isso significava para Marx que os acordos concluídos entre os chefes afegãos e os emissários do tzar correspondiam às imposições do momento e se apoiavam em bases muito frágeis²⁶.

Por outro lado, Marx e Engels interpretavam o motivo aparente do conflito anglo-persa como a disputa entre a Inglaterra e o xá da Pérsia a respeito do principado independente de Herat. Tal contenda expressava o choque entre as ambições hegemônicas do soberano persa e o impulso expansionista do império britânico em relação à Ásia Centro-Oriental. Com a ocupação de Herat pelas tropas persas em outubro de 1856, a Grã-Bretanha encontrou o pretexto que faltava para desencadear uma escalada militar na região. Apesar de conhecer um desenvolvimento favorável às forças persas em seus primeiros momentos, a guerra foi concluída com a assinatura do tratado de Paris em março de 1857, através do qual a Pérsia renunciava às suas reivindicações referentes a Herat, que, em 1863, foi anexado às possessões do emir do Afeganistão, então um virtual vassalo do Império Britânico.

Mas o foco das preocupações críticas dos fundadores do marxismo em relação à região centro-asiática recaía sobre a política de conciliação dos círculos dirigentes britânicos para com a Rússia dos czares. Essa preocupação, por sua vez, vinculava-se a uma concepção medular dos elaboradores da filosofia da práxis em matéria de política exterior, a saber: a defesa da idéia de que o avanço das transformações democrático-revolucionárias na principal metrópole do capitalismo demandaria como seu corolário uma gestão democrática de sua política externa. Sendo a Rússia o principal baluarte do poderio autocrático das aristocracias européias, uma confrontação bélica com ela criaria condições excepcionais, pensavam Marx e Engels, para o avanço de uma revolução democrática na Inglaterra (que poderia se estender por toda a Europa), ao passo que a preservação da aliança da aristocracia britânica com os imperadores ortodoxos constituía a base da conservação do monopólio do poder governamental por aquela, em detrimento

²⁶ Karl Marx, “English and French War Plans – Greek Insurrection – Spain – China”, *New York Daily Tribune*, nº 4025, 13/3/1854.

das posições cedidas por ela no terreno econômico-social à emergente burguesia britânica. É o que aparece em um trecho do artigo com o qual Marx iniciou sua atividade de analista da política mundial nas páginas do periódico alemão *Neue Order Zeitung*:

Para a aristocracia britânica, uma guerra contra a Rússia seria o equivalente à perda do monopólio do poder governamental. Forçada, a partir de 1830, a conduzir sua política interna exclusivamente em função dos interesses industriais e comerciais das classes médias [ou seja, a burguesia M.F.], a aristocracia inglesa manteve, entretanto, a posse de todos os postos governamentais, uma vez que deteve o monopólio da política externa e do exército.

Este monopólio, no entanto, tem se mantido seguro apenas enquanto não ocorre uma guerra popular – e uma guerra deste tipo só seria possível contra a Rússia –, o que tornaria a política externa um assunto de interesse do povo. A totalidade da diplomacia inglesa desde 1830 até 1854, portanto, pode ser resumida a um princípio: evitar a todo custo uma guerra contra a Rússia. Decorrem daí as concessões feitas continuamente à Rússia na Turquia, na Pérsia, no Afeganistão, na Dinamarca, enfim, em qualquer lugar do mundo, nos últimos 24 anos.²⁷

A conexão entre a política da chancelaria britânica para a Ásia Central e a hegemonia dos círculos aristocráticos na política interna do Reino Unido seria evocada mais uma vez por Marx em seu artigo intitulado “Uma nova revelação britânica”²⁸. Neste caso, Marx desempenhava também uma de suas atribuições prioritárias no período, desmoralizar politicamente a figura de Lord Palmerston²⁹. Nesse escrito, o analista de política internacional do *Tribune* imputa ao estadista britânico a responsabilidade pela deflagração da guerra de 1838 contra o Afeganistão, uma guerra caracterizada por Marx como infame e desafortunada. Tal campanha militar, que, segundo Marx, se enquadrava no processo geral de con-

²⁷ Karl Marx, “In Retrospect”. *Neue Order Zeitung*, nºs 1 e 5, 2 e 4 /1/1855. Apesar de ser um tema já abordado por outros autores como Miklós Molnar e Kostas Papaioannou, não deixa de chamar a atenção para a centralidade representada pelo antizarismo de Marx, no âmago de suas visões acerca da política mundial e das perspectivas da revolução.

²⁸ Karl Marx, “Another British Revelation”, *New York Daily Tribune*, nº 4502, 24/9/1855, publicado como artigo principal.

²⁹ Henry John Temple Palmerston (1784-1865). Homem de Estado britânico, uma das mais destacadas personalidades da política inglesa no século XIX. Exerceu sucessivamente as funções de lorde do Almirantado (1809-1828), secretário das Relações Exteriores (1830-1841 e 1846-1851), secretário do Interior (1852-1855) e primeiro-ministro em duas ocasiões (1855-1858) e (1859-1865), quando morreu no exercício do cargo. Foi objeto da mais profunda repulsa por parte de Marx, que o considerava oportunista, reacionário e russófilo. A seu respeito ver John Belchem e Richard Price, *Dictionary of Nineteenth Century History*, cit., p. 449.

solidação das fronteiras setentrionais das possessões britânicas no subcontinente indiano, era também parte do programa de hegemonia compartilhada com a Rússia na região, em detrimento da autonomia e da soberania dos afegãos, adversários natos do expansionismo russo na área. Em sua denúncia, Marx acusa Palmerston de haver falsificado documentos diplomáticos para justificar essa política³⁰.

No artigo intitulado “A guerra contra a Pérsia”, publicado na edição do *Tribune* de 14/2/1857, Marx, em seu estilo característico, tentava tornar inteligível ao leitor norte-americano os motivos do engajamento britânico em uma guerra que, à primeira vista, só dizia respeito às duas antigas monarquias da Ásia Central (Pérsia e Afeganistão). Para tanto, recuava às origens da Pérsia moderna, até a fundação da dinastia ismaelita no ano de 1502. Em seguida, descrevia como se criou um “problema afegão” no interior do reino da Pérsia: em 1720, uma rebelião afegã irrompeu nas províncias orientais da Pérsia, avançou para o ocidente e conquistou a capital, provocando a deposição do monarca ismaelita e entronizando sucessivamente dois príncipes afegãos como xás da Pérsia: Mahmud ou Mir Mahmoud (1722-1725) e Ashraf (1725-1730). Neste último ano, forças militares sob o comando do general persa Khuli-Khan sublevaram-se contra o domínio afegão. Com uma seqüência de movimentos rápidos, as forças persas varreram do trono o segundo monarca afegão, coroaram Tashmap II, herdeiro presuntivo da antiga dinastia ismaelita, e submeteram mais uma vez os insubordinados afegãos à sua autoridade. Na seqüência, invadiram o território indiano (1838-1839), onde assestaram um golpe de misericórdia contra o combalido império Mughal, fato que facilitaria o posterior avanço britânico naquela região. Em consequência dos êxitos militares logrados, Khuli-Khan, comandante das tropas persas, assumiu ele mesmo o poder, depondo Tashmap II e fazendo-se coroar com o nome de Nadir Xá no ano de 1736. Durante os anos de seu reinado, a Pérsia gozou de uma estabilidade autocrática garantida pelo pulso forte e autoritário do monarca guerreiro. Após sua morte em 1747, desencadeou-se nova insurreição afegã que culminou com a proclamação de um reino independente, composto pelos principados de Herat, Cabul, Candahar, Pechawar e alguns terri-

³⁰. Sobre o episódio mencionado, reproduzo a seguinte explicação: “Em 1839 o Parlamento Britânico publicou um Livro Azul sobre a Pérsia e o Afeganistão contendo, entre outros documentos, um certo número de cartas da autoria de A. Burnes, representante britânico em Cabul, sobre a guerra anglo-afegã [de 1838]. As cartas haviam sido selecionadas e apresentadas pelo Foreign Office de modo a encobrir as provocações britânicas que precipitaram a deflagração do conflito. Pouco antes de sua morte, Burnes enviou cópias de suas cartas para Londres. As cartas que não haviam sido incluídas no Livro Azul foram publicadas pela família”. *Collected Works*, cit., vol. 14 (1855-1856), p. 357. Em sua denúncia Marx procura comprometer diretamente Palmerston com a publicação do Livro Azul e sua utilização na justificativa da guerra de 1838.

tórios do nordeste da Índia, governados por Ahmed Duranee (1724-1773). Após a morte de seu fundador, no entanto, o reino afegão entrou em colapso, sendo substituído por um conjunto de principados independentes governados por líderes tribais, os quais, a partir de então, apenas se coligariam episodicamente contra o perigo da dominação persa.

Ao analisar as causas da inimizade e do conflito entre persas e afegãos, Marx sugeria duas interessantes hipóteses explicativas: em primeiro lugar, retomava a tese de que os conflitos entre esses dois povos se assentariam fundamentalmente sobre diferenças étnicas e religiosas:

Este antagonismo político entre os afegãos e os persas está fundado na diversidade de raça, misturada com reminiscências históricas mantidas vivas por conflitos fronteiriços e reivindicações contrapostas. Ele foi e tem sido também sancionado pelo antagonismo religioso, sendo os afegãos maometanos da seita sunita, quer dizer, partidários da fé maometana ortodoxa, enquanto a Pérsia constitui o baluarte dos hereges xiitas.³¹

A segunda importante constatação marxiana é que, não obstante a vigência das mencionadas rivalidades entre afegãos, sunitas e persas xiitas, haveria um ponto de convergência entre eles: tratava-se de sua hostilidade comum para com as manobras expansionistas russas na região. Marx assinala que desde a época de Pedro I, o Grande (1672-1725, czar da Rússia a partir de 1682, imperador desde 1721), a Rússia iniciara seu avanço sobre a região. Na época de Alexandre I (1777-1825, imperador entre 1801 e 1825), lograra despojar os persas de doze de suas províncias. Sob Nicolau I, os russos empreenderam a guerra de 1826-27, concluída com o Tratado de Turkmanchai, o qual privou a Pérsia de mais alguns distritos e, principalmente, restringiu o direito de navegação desta no mar Cáspio, instituindo a supremacia naval russa sobre a região do Cáucaso.

Conquanto não houvessem sido vitimados pelo apetite territorial russo como seus vizinhos persas, os afegãos possuíam, segundo a opinião de Marx, seus próprios motivos para temer a Rússia, na medida em que encaravam o império dos tzares ortodoxos como “inimigos eternos de sua religião e um gigante pronto

³¹ Cf. Karl Marx, “The war against Persia”. *New York Daily Tribune*, nº 4937, 14/2/1857. *Collected Works*, vol. 15, p. 178. Chama atenção nesta passagem a sensibilidade de Marx para a importância dos fatores étnicos, religiosos e culturais na determinação das relações entre os estados, um século e meio antes das “originais” formulações de Samuel Huntington sobre o “Choque de civilizações”. Contudo, entre as inúmeras diferenças entre Huntington e Marx há que se considerar a distinção entre a monocausalidade culturalista do primeiro e a interpretação dialética dos fenômenos apoiada na consideração da totalidade e da interação entre os fatores, do segundo.

para engolir a Ásia”³². Em tais circunstâncias, portanto, “por considerarem a Rússia como seu inimigo natural, ambas as raças – persas e afegãos – foram induzidas a considerar a Inglaterra como seu aliado natural”³³. Aproveitando-se de tal situação, a Inglaterra não se deteve em seu esforço de se constituir em um “mediador benevolente” das disputas entre persas e afegãos. No desempenho de tal papel, a hábil diplomacia britânica lograria submeter os principados afegãos à verdadeira condição de tutela diante do Império Britânico. Incapazes, no entanto, de neutralizar a influência hegemônica dos russos sobre a Pérsia (avassalada pelos tzares na seqüência de sucessivos triunfos militares), a Inglaterra aceitaria o estabelecimento de um condomínio anglo-russo naquele país.

A retomada das hostilidades entre persas e afegãos em setembro de 1837 impulsionou os círculos dirigentes britânicos a uma redefinição de seu papel naquela região. Até então, a diplomacia de sua majestade contentava-se em apregoar a sua neutralidade diante dos litígios entre o Xá e os príncipes do Afeganistão. Essa posição, contudo, começaria a ser questionada pelos representantes da autoridade britânica na Índia, que interpretavam a extensão do poderio persa em relação ao Oriente como a preparação do caminho para a invasão da Índia pelos exércitos da Rússia. Interpretação fortalecida pelas acusações (que Marx toma como verdadeiras) de que as operações de cerco do exército persa contra a cidadela afegã de Herat estariam sendo comandadas pelo próprio conde Simonich, embaixador russo na corte do Xá. Ao analisar este momento da crise, Marx não perderia a oportunidade de espezinhar a figura de Lord Palmerston, então à frente do Ministério das Relações Exteriores, estigmatizado por ele como representante russo no governo inglês, que haveria contemplado de forma complacente as manobras russo-persas. O posicionamento oficial da Grã-Bretanha no conflito somente se alteraria mediante a ação enérgica de Lord Auckland, governador geral da Índia, que teria forçado a retirada do enviado inglês, Mc Neill, da Pérsia, pressionando Londres para que não reconhecesse o embaixador enviado por Teerã e, finalmente, ordenando às tropas britânicas estacionadas na Índia que levantassem o cerco sobre a cidadela de Herat.

A avaliação final a que chegava Marx era de que, tendo atualizado sua condição de protetora dos principados afegãos contra as ameaças russas e persas e tendo despertado para a importância estratégica de deter um possível avanço russo a partir da Pérsia em direção à Índia, a tendência lógica da presença inglesa na região seria conquistar o conjunto do Afeganistão, transformando este país em

³² Idem, *ibidem*.

³³ Idem, *ibidem*; chama a atenção nesta passagem o fato de Marx mencionar a convergência de apreciação entre as duas “raças” de persas e afegãos em lugar dos dois estados, como conviria inclusive em nome da precisão conceitual, uma vez que, para ele, e disso temos sobejas evidências, eram os *estados* e não as *raças* os protagonistas das relações internacionais.

um protetorado britânico de fato e de direito. Tal iniciativa, contudo, não se nortearia pelo desejo de expulsar os russos da Ásia Central, mas apenas pelo de exercer com esta potência um condomínio sobre os países da região a partir de posições mais favoráveis, em detrimento das populações locais.

O significado das ações militares da Grã-Bretanha na Ásia Central também seria submetido à avaliação de Friedrich Engels no artigo intitulado “Perspectivas da Guerra Anglo-Persa”, publicado na edição do *Tribune* de 19/2/1857. Obediente à divisão intelectual de trabalho estabelecida com Marx e dando vazão a sua vocação de estudioso da guerra, Engels enfocava o conflito sob um ângulo predominantemente estratégico-militar. Dessa maneira, principiava por destacar a relevância estratégica de Herat:

A importância política real de Herat advém do fato de que esta localidade se situa no centro estratégico de todo aquele país, debruçando-se sobre o Golfo Pérsico, o Mar Cáspio e o Jaxartes no norte e no oeste, e sobre o Indo a leste; portanto, na eventualidade de um grande conflito entre a Inglaterra e a Rússia pela supremacia na Ásia – conflito que a invasão inglesa da Pérsia tende a precipitar – Herat constituir-se-á no objetivo central da contenda e provavelmente no teatro das primeiras operações militares de grande envergadura.³⁴

Após descrever minuciosamente a geografia persa e analisar a importância estratégica de cada uma de suas localidades, Engels insiste na centralidade, detida pelo principado afegão, do ponto de vista de um projeto de supremacia militar na região caucasiana:

Portanto, Herat é um ponto o qual, nas mãos de uma grande potência, pode ser usado para controlar tanto o Iran quanto o Turan [ou seja, o Turquestão], tanto a Pérsia quanto a Transoxiana [Bucara]. Ele concede a seu possuidor, no mais alto grau, todas as vantagens de uma posição central, a partir da qual podem se irradiar ataques em todas as direções com maiores facilidades e possibilidade de sucesso do que outra cidade seja no Iran, seja no Turan. Ao mesmo tempo, as dificuldades de intercomunicação entre quaisquer das cidades de Astrabad, Khiva, Bokhara, Blakh, Cabul e Candahar são tão grandes que um ataque combinado contra Herat, mesmo que procedendo de todas elas, não teria mais do que pequenas chances de sucesso. As diversas colunas, uma vez marchando na direção de Herat, dificilmente teriam qualquer chance de se comunicar entre si e poderiam cair ou ser derrotas por qualquer general ativo baseado em Herat.³⁵

³⁴ Friedrich Engels, “The prospects of the anglo-persian war”, *New York Daily Tribune*, nº 4941, 19/2/1857 (publicado como artigo principal). *Collected Works*, cit., vol. 15, p. 194.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 195.

Porém, o zelo com que Engels reflete sobre os aspectos estratégico-militares concretos envolvidos na região do conflito não o impossibilita de aquilatar o significado internacional essencial da disputa, qual seja, por detrás do confronto persa-afegão, a peleja anglo-russa pela hegemonia político-militar sobre aquela área.

A dependência concreta da Pérsia em relação à Rússia e do Afeganistão frente aos ingleses é comprovada pelo fato de que os russos já enviaram tropas para a Pérsia e os ingleses para Cabul.³⁶

Por essa razão, empreende mais adiante uma análise da correlação de forças militares inglesas e russas na região, concluindo pela superioridade inglesa. Tal superioridade, segundo Engels, estaria determinada fundamentalmente pela melhor disposição dos exércitos britânicos e pela superioridade das tropas indianas sob comando de oficiais ingleses em relação aos destacamentos russos de cossacos.

Concluindo a elaboração do cenário de uma hipotética guerra anglo-russa pela hegemonia da Ásia Central, Engels aprecia o peso a ser desempenhado pelos arranjos diplomáticos na solução da disputa. Neste passo, reconhece com mordacidade a superioridade dos russos, mestres, segundo ele, nas artes da intriga e do suborno, e que, ademais, ainda poderiam contar com um importante aliado dentro do governo inglês: ninguém menos do que o tantas vezes denunciado Lord Palmerston.

Outro escrito dedicado por Marx-Engels à análise dos conflitos no planalto iraniano foi o artigo do último, "Pérsia-China", publicado no *Tribune* em 5 de junho de 1857. Esse texto foi escrito à luz não apenas dos últimos sucessos verificados na região do Cáucaso, mas também da eminência de novos choques militares entre tropas britânicas e forças chinesas na costa do Império Celeste. Essa confluência de situações de conflito estimulou Engels a analisar comparativamente as perspectivas de êxito militar dos exércitos imperiais britânicos, respectivamente no centro da Ásia e no Pacífico oriental. Para tanto, confrontava as características das estruturas bélicas existentes na Pérsia e na China:

Na Pérsia, o sistema europeu de organização militar foi enxertado na barbárie asiática. Na China, a semicivilização apodrecida do Estado mais velho do mundo enfrenta os europeus com seus próprios recursos. A Pérsia foi sonoramente derrotada ao passo que a China, enfraquecida e semidilacerada, atingiu um sistema de resistência, o qual, se persistir, tornará impossível a repetição das marchas triunfais da primeira guerra anglo-chinesa.³⁷

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 196.

³⁷ Friedrich Engels, "Persia-China". *New York Daily Tribune*, nº5032, 5 de junho de 1857. *Collected Works*, op. cit., vol. 15, p. 281.

Paradoxalmente, portanto, para Friedrich Engels, os diferenciais na capacidade de resistência dos dois Estados asiáticos às investidas militares da Grã-Bretanha seriam explicados pelos distintos graus de ocidentalização de seus exércitos. A desvantagem, segundo sua apreciação, estaria do lado do exército oriental mais ocidentalizado, enquanto o exército da monarquia chinesa, ainda que inserido nos marcos de uma sociedade “semicivilizada” e subordinado a estruturas de poder “apodrecidas”, situar-se-ia em melhores condições, na medida em que contava com seus próprios recursos. Como explicar esta aparente contradição? Creio que o que Engels indicava ali era a fragilização das estruturas de defesa da Pérsia em consequência do desmonte do seu sistema militar tradicional, ao mesmo tempo em que se verificava um retardo no processo de ocidentalização de suas forças armadas. O grande defeito estaria, pois, determinado pelo hiato entre o abandono de uma organização militar satisfatoriamente conhecida e “manejável” por seus integrantes – ainda que “ultrapassada” e “obsoleta” perante os exércitos europeus – e a recente implantação de um novo modelo militar ainda incompleto e não assimilado por seus componentes (soldados e oficiais):

O fato é que a introdução da organização militar européia no interior das nações bárbaras está longe de ser completada quando o novo exército é subdividido, equipado e treinado segundo o modelo europeu. Este é apenas o primeiro passo nesta direção (...) A questão principal e ao mesmo tempo a dificuldade principal é a criação de um corpo de oficiais e sargentos educados no moderno sistema europeu, totalmente libertos dos velhos preconceitos nacionais e reminiscências nos assuntos militares, e preparados para infundir vida na nova formação.³⁸

Inversamente, a apreciação engelsiana sobre as possibilidades militares chinesas realçava não só a utilização dos “próprios recursos” por esses combatentes asiáticos (entre os quais se deveriam considerar os métodos de combate e a organização militar tradicional), mas, sobretudo, um novo elemento fundamental: o caráter *popular* desta guerra de resistência. A localização deste aspecto imprimirá um acento eminentemente original à avaliação de Engels acerca da chamada Segunda Guerra do Ópio, materializando um exemplo de articulação concreta na trajetória intelectual do autor entre o tema da *guerra enquanto tal* e o tema da *revolução*.

Quinze dias após a publicação da apreciação engelsiana sobre as causas político-militares da derrota persa perante as forças britânicas, Marx empreendia nova incursão analítica na problemática centro-asiática. Em “O tratado persa”³⁹, Marx comenta as declarações concedidas por Lord Palmerston em resposta a

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 279-80.

³⁹ Karl Marx, “The Persian Treaty”, *New York Daily Tribune*, nº 5048, 24/6/1857.

uma interpelação que lhe foi dirigida na Câmara dos Comuns em relação aos termos do acordo de paz anglo-persa, assinado em Paris em 4 de março de 1857 e ratificado em Bagdá em 2 de maio do mesmo ano. Esse tratado teve como objetivo pôr termo à guerra anglo-persa de 1856-1857, desenvolvida com o objetivo de impedir a anexação pela Pérsia do principado independente de Herat. Pelo tratado em questão, a Inglaterra assumiu formalmente o papel de mediadora nas conflitivas relações entre a Pérsia e os principados do Afeganistão.

(...) Se o Xá possuísse um Hugo Grotius na corte de Teerã, este assinalaria que qualquer estipulação através da qual um Estado independente concede a um governo estrangeiro o direito de interferir em suas relações *internacionais* [destaque nosso] é nula e inválida segundo o *jus gentium*⁴⁰ [grifado no original], sendo que o estipulado com a Inglaterra é desta ordem, uma vez que converte o Afeganistão, uma mera expressão poética para várias tribos e estados, em um país real. O país chamado Afeganistão existe, no sentido diplomático, na mesma razão que o país chamado panslândia.⁴¹

Marx não vê, pois, na miríade política chamada Afeganistão, território tampão preservado apenas para manter a Rússia fora da Índia, nada além de um peão em seu jogo de hegemonia pactuada anglo-russa na região caucasiana. Mas, além disso, Marx identifica na forma com que se processou esta última intervenção imperial britânica na área um equívoco político capaz de provocar como corolários: a) a propagação do ódio contra a Grã-Bretanha em toda a Ásia Central; b) o reconhecimento oficial da mediação de Luiz Bonaparte nas relações entre a Inglaterra e os estados asiáticos, e c) a aquisição pela Rússia de duas faixas de terra de grande importância, uma no mar Cáspio, outra na fronteira com a Pérsia. Em outras palavras, a afirmação de uma perspectiva conservadora e oportunista, hegemônica e colonial, a qual, ao mesmo tempo que buscava materializar os objetivos internacionais da aristocracia britânica, fortalecia mundialmente duas forças tidas por Marx como das mais contra-revolucionárias, o bonapartismo francês de Napoleão III e o tzarismo russo.

Conclusão

Apesar de suas perspectivas internacionalistas de análise da realidade mundial e da escala enciclopédica de seus interesses histórico sociais, Marx e Engels, ao enfocarem a realidade das sociedades e populações do mundo não-europeu, padeceram de limitações características da intelectualidade européia de seu tem-

⁴⁰ Em latim, direito das gentes, no texto, Direito Internacional.

⁴¹ Karl Marx, "The Persian Treaty", *New York Daily Tribune*, nº 5048, 24/6/1857.

po. Personalidades da cultura política e da vida intelectual do velho continente, os dois pensadores e combatentes revolucionários alemães não tiveram a possibilidade de examinar os processos em curso nas sociedades do hemisfério oriental e da metade meridional do planeta senão através da mediação dos trabalhos de escritores, viajantes e exploradores europeus, muitas vezes comprometidos com a própria legitimação dos movimentos de dominação e expansão de tipo colonial empreendido pelos estados e capitais euro-ocidentais em meados do século XIX. É possível, portanto, imputar à incorporação de tais influências intelectuais, a maior parte das elaborações marxianas e engelsianas dotadas daquilo que hoje podemos classificar como *eurocentrismo* e *culturalismo*, apartadas, inclusive, das matrizes dialéticas e materialistas de seus próprios pensamentos. Além disso, também não será exagerado deduzir que certas afirmações problemáticas realizadas por Marx e Engels em suas análises de alguns aspectos da sociedade e da cultura dos povos não-europeus tenham resultado de seus esforços no sentido de apresentar, de *forma simplificada* para o público não-especializado dos países anglo-saxônicos, informações acessíveis acerca dos povos e países dos continentes africano e asiático. Porém, o que distingue suas formulações das matrizes do pensamento racista e colonialista em elaboração naquele momento é o fato de que, mesmo na revelação de suas identidades culturais euro-ocidentais, Marx e Engels jamais se comprometeram com qualquer justificativa da dominação colonial em nome da expansão da civilização e da eliminação da barbárie. Muito longe disso, estigmatizaram os pretensos missionários da civilização na Ásia com o epíteto de *civilization mongers* (traficantes de civilização) e desnudaram os verdadeiros objetivos mesquinhos, escusos, egoístas e brutais do colonialismo europeu nas áreas sob sua dominação.

Outro componente problemático das leituras empreendidas pelos fundadores do marxismo sobre a realidade do mundo afro-asiático diz respeito à aceitação por eles das teorizações hegelianas acerca da superioridade cultural e civilizatória das sociedades euro-ocidentais sobre o restante do mundo na época da modernidade. Embora demonstrem implicitamente convergir com esta visão do representante maior do idealismo clássico alemão, Marx e Engels não reagiram de forma determinista ou fatalista diante das ações hegemônicas dos estados ocidentais na África e na Ásia. Seja na análise crítica das manobras da chancelaria britânica no Cáucaso, na reprovação dos processos coloniais franceses na Argélia ou na narrativa mordaz sobre os desácertos do exército espanhol no Marrocos, uma mesma linha de coerência anticolonial perpassa o conjunto das intervenções de Marx e Engels na discussão sobre o avanço das potências européias em direção aos outros continentes. Essa combinação de lucidez analítica com integridade política revolucionária situa Marx e Engels em uma posição destacada em relação ao conjunto da intelectualidade européia de seu tempo e constitui um

legado prático e teórico inestimável. Herdeiros autoproclamados das tradições da *illustration* francesa e da *Aufklärung* alemã, os dois teóricos revolucionários alemães jamais deixaram de *problematizar* as próprias matrizes culturais a que se filiavam, o que lhes permitiu focar criativamente situações nas quais uma acomodação intelectual poderia induzir aos equívocos da justificação do colonialismo e do expansionismo europeu, infortúnio a que não escaparam alguns de seus próprios seguidores ao longo do século XX.

Finalmente – talvez o aspecto mais rico e inspirador das formulações analisadas aqui –, cabe realçar a fertilidade e a objetividade com que os dois pensadores enfocaram os fenômenos da vida internacional de seu tempo. Ainda serve de modelo aos analistas contemporâneos das relações internacionais a capacidade de Marx e Engels de conceituar adequadamente a essência dos fatores determinantes dos processos da política mundial em cada situação específica. Avessos a qualquer reducionismo, foram capazes de identificar a vigência das *determinações geoestratégicas* em determinados cenários, a preponderância dos *objetivos econômicos* em outros contextos e até a *dinâmica cultural* por detrás de certos conflitos. Acima de tudo, interpretaram as ações dos estados na cena internacional como resultado de interações complexas no seio das sociedades nacionais no curso das quais o processo de decisões sobre a política externa poderia assumir maior ou menor autonomia em relação aos próprios interesses e objetivos das classes hegemônicas no âmbito *nacional* de cada sociedade em particular.

FERREIRA, Muniz. Europa, Afeganistão e África do norte: uma introdução às análises de Marx e Engels sobre os conflitos internacionais. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.15, 2002, p. 9-34.

Palavras-chave: Marx; Engels; Conflitos internacionais.